

ATA Nº 02/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos, na Rua 1822, número 1510, neste município os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Kaita Helen Testoni (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Celso Antonio Schneider (Titular/UNIBAC); Velice Marta Peruzzo (Titular/Rotary Club); Carla Rosane Abs da Cruz Preto (Titular/APAE); Maristela Koche Rigueira (Titular/Rede Feminina de Combate ao Câncer); Marina Cordeiro Nunes (Titular/SECOVELAR); Maria Aparecida Nunes da Silva (Titular/AFADEFI) e Joice Graciela de Oliveira (Titular/FUNDAÇÃO PRÓ-RIM). Contando com a presença de **outros representantes:** Antonio Augusto Barros (Ass. Municípios); Hélio Emelau; Joceli Nazari (Vereador); Luiz M. Camargo (Assessor Parlamentar/Gab. Deputada Paulinha); Andréa Marcelino (Biblioteca Bem Viver); Ney Peixoto Smith (CREFITO 10) e Ketlin da Rosa Talevi (Diretora/Casa dos Conselhos). Sendo constatada a falta de quórum, após vinte minutos de tolerância, conforme Regimento Interno, o Presidente dá início à reunião. No que diz respeito ao primeiro item da pauta, referente à aprovação da ata anterior, não havendo sugestões de correção por parte da plenária, o Presidente faz uma observação referente à proposta de gestão de terceirização do horário estendido de seis horas (das 16 horas às 22 horas), em virtude da falta de médicos em alguns bairros, conforme mencionado na ata anterior, na tentativa de melhorar os resultados do PMAQ (Portal do Departamento de Atenção Básica, cujo objetivo é incentivar os gestores e as equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos do território), informando que, conforme resposta da Assessoria Jurídica do Município, não pode ser terceirizado, por motivo de contar com profissionais concursados, contratados, portanto primeiro devem ser chamados os concursados ou buscar a possibilidade de pagamento de horas extras, e se tratando de uma política proposta nos postos de saúde da cidade pelo próprio município, o mesmo deveria ter primeiramente analisado a possibilidade de dar conta desse serviço a ser oferecido, garantindo a qualidade do atendimento. Ficando claro que o parecer jurídico da Secretaria e da Assessoria Jurídica do município é contrário à terceirização, o que implica que deverão ser buscados esses profissionais dentre os concursados do município. Acrescenta que pensou-se em terceirizar até o segurança do posto, sendo que contamos com a Guarda Municipal e a Polícia Militar. **RETIFICAÇÃO:** Finalmente solicita alteração na ata, colocando que o Presidente também concorda que não é viável porque tem parecer jurídico contrário a essa situação, nos seguintes termos: "O PRESIDENTE FOI EM BUSCA DA INFORMAÇÃO E A ASSESSORIA JURÍDICA INFORMOU QUE NÃO É VIÁVEL A TERCEIRIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO HORÁRIO ESTENDIDO CONFORME PROPOSTA NA ATA 01/2019". Logo, a **ata 01/2019 é aprovada e assinada pelos conselheiros presentes.** Na continuidade, o Presidente agradece a presença de todos e dos novos conselheiros e **informa que no mês de março vai ser marcada a assembleia de posse dos novos conselheiros e após será lançado o edital para a eleição da nova Mesa Diretora do COMUS.** Fala do primeiro fórum realizado para eleição das entidades e esclarece que o COMUS está regularizado, atendendo a legislação. Informa que o orçamento da saúde no município deve fechar neste ano com cento e cinquenta e três milhões (R\$ 153.000.000,00) ressalta-se que é praticamente todo o orçamento da cidade de Camboriú. Explica que o sistema de saúde consiste numa rede muito complexa, estruturada, que oferece todos os serviços, sendo a mais completa da nossa região, mas tudo isso gera custo. Fala do auxílio recebido do Dr. Rosan da Rocha, Promotor da 6ª Promotoria, atualmente aposentado, o qual orientou o conselho enquanto à função de fiscalização, visando controlar mediante a gestão, em termos de economicidade nos procedimentos e compra de medicamentos, sem diminuir a qualidade do atendimento. Cita como exemplo o Hospital Ruth Cardoso, o qual gasta aproximadamente cinco milhões (R\$ 5.000.000,00) por mês, se tratando de um hospital municipal que hoje é regional. Fala também na questão da AMFRI, devendo negociar, para os outros municípios começarem a colaborar um pouco com a nossa cidade. Fala da importância do Conselho Municipal de Saúde e fala que os novos conselheiros devem estar cientes que deverão se dedicar, vindo nas reuniões, realizando as visitas, tendo que se doar, num trabalho voluntário, às vezes desgastante, mas manifesta sua felicidade por terem conseguido deixar tudo bem encaminhado e que os novos conselheiros terão a condição de desenvolver um ótimo trabalho junto à nova Diretoria. Logo, são apresentados os **documentos recebidos:** Devolução do Crachá de conselheiro do representante Alex Vicente; Documentação referente à comissão do controle

social das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Saúde e Fundo Municipal nas dependências do Hospital e Maternidade Ruth Cardoso, composta pelos seguintes participantes: Alex Vicente (Presidente), Sta. Juliana Chaves Costa e Sra. Maristela Koche Rigueira. Na sequência, **passa-se ao seguinte item da pauta**: o Presidente apresenta o **Sr. Antonio Augusto de Barros**, que faz parte da Associação de Moradores do **Bairro dos Municípios**, explica que eles têm a predisposição de montar um **Conselho Local de Saúde** e solicita a **aprovação da plenária**, esclarecendo que irá constar em ata e que após a reunião irá se reunir com o Sr. Antonio e com a Diretora da Casa dos Conselhos para dar as coordenadas, para o conselho começar a trabalhar para viabilizar isso e convida o Sr. Antonio para participar da próxima reunião ordinária do COMUS. **Conselheiros aprovam** e concordam que quanto mais pessoas da comunidade estiverem ajudando na área da saúde será melhor. Na continuidade, passa-se ao **seguinte item da pauta**, para o qual o Presidente passa a palavra ao **Vereador Joceli**, o qual cumprimenta os presentes, manifesta sua felicidade em poder participar de mais uma reunião do COMUS e parabeniza o Presidente Celso e os que estão à frente do mesmo que conseguiram organizar tudo, e fala que o conselho tem uma missão muito importante. Relata que teve a oportunidade de ser conselheiro em dois mil e dez e dois mil e onze e sabe que o Sistema Único de Saúde tem alguns problemas. Menciona o Artigo 196 da nossa Constituição no qual consta que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Fala que o SUS, desde sua implantação, é uma grande descentralização do Governo Federal no qual a Secretaria Municipal de Saúde se credencia para receber os recursos federais para serem aplicados para a população, porém, com o passar dos anos, no município só esse dinheiro que vem do Governo Federal não é suficiente, e o município tem que aportar recurso próprio também e afirma que, atualmente, o que é de dever em Balneário Camboriú de investir, os quinze por cento de arrecadação, se aproxima aos vinte e oito por cento, sendo que já chegou a trinta e um por cento e fala que, embora o conselho não é deliberativo, a responsabilidade passa pelas atas. Fala dos desafios que irão enfrentar e afirma que o município e a Secretaria de Saúde precisam do apoio do conselho. Faz referência a várias situações enfrentadas no município no que diz respeito à saúde e cita o exemplo da luta no município desde o ano dois mil e cinco com a intervenção no Hospital Santa Inês e que atualmente tem um custo para poder manter esse hospital e disponibilizar esse atendimento para a comunidade, mas explica que o foco da Secretaria de Saúde não é esse, e sim investir em atenção básica, e esse é o enfrentamento atual. Finalmente se coloca à disposição, como membro da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores e menciona outros vereadores solidários à causa. Acrescenta que o problema enfrentado pela saúde vem se agravando pelo aumento da população decorrente da quantidade de imigrantes e afirma que não é só em Balneário Camboriú, que também acontece em Camboriú, Itapema, Itajaí. Fala também na referência do Ruth Cardoso para outros municípios que precisa ser discutido no conselho. Vereador Joceli fala como administrador hospitalar, conhecedor da totalidade do sistema e afirma que quando o Hospital Ruth Cardoso foi criado não era para ser referência para outros municípios e sim para atender a comunidade, inclusive cirurgias eletivas e acabou perdendo o foco e ele hoje é um Hospital Municipal Regional, o qual, segundo sua opinião deve ser revisto, sendo que os outros municípios afirmam que pagam para Balneário Camboriú, quando na verdade eles somente estão encaminhando as AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) que vem do Governo Federal, "que não pode". Finaliza afirmando que o Sistema Único de Saúde é um dos melhores do mundo, que possui programas excelentes e atingem desde a vacinação até um transplante, mas que o único defeito é que a tabela não é atualizada há quase vinte anos, com o qual os hospitais privados deixam de ter interesse em fazer cirurgias eletivas, atender a comunidade, sobrando essa tarefa para os hospitais filantrópicos e os municípios. Finalmente pede licença para se retirar da reunião por motivo de ter que participar de outra reunião da Comissão de Saúde na Câmara de Vereadores e parabeniza a equipe antiga e deseja sucesso aos que estão chegando. O Presidente Celso agradece a presença e a explanação do Vereador Joceli e faz um comentário, reforçando a fala do Vereador, afirmando que hoje vinte e oito por cento do recurso da Saúde vem do SUS, enquanto que o setenta e dois por cento vem do Município e manifesta que o grande problema é que o Governo do Estado não contribui, o qual está num estado emergencial no que diz respeito à saúde e fala na necessidade de

Jrc

Ant

discutir essa questão. Passa-se então ao **próximo item da pauta**, para o qual o Presidente Celso passa a palavra ao **Sr. Luiz Marcelo**, o qual cumprimenta e agradece pela oportunidade de poder falar com os conselheiros e manifesta seu contentamento com o desempenho do Sr. Celso na Presidência do COMUS. Em primeiro lugar faz uma colocação em nome da Deputada Ana Paula da Silva (Paulinha), informando que foi a quinta deputada mais votada no estado, se colocando à disposição do conselho e que já iniciou alguns trabalhos e enfrentamentos que com certeza estão na pauta do dia a dia do conselho e informa que uma das coisas que ela já começou a fazer é a discussão dessas cirurgias e alguns tratamentos como o do câncer em que as pessoas tem que se deslocar para Blumenau ou Florianópolis e afirma que a Deputada irá encaminhar uma série de projetos de leis e por esse motivo é que vem para se colocar à disposição do conselho. Finalmente deixa seu contato na lista de presença e autoriza que seja passado a todos os conselheiros e que fundamentalmente é importante discutir os projetos de lei que ela pretende fazer em relação a saúde e informa que será realizada Audiência Pública no dia oito de abril, e fala de alguns desafios como das pessoas que tem que se deslocar até Blumenau para poder fazer quimioterapia e informa que a discussão com o Governo do Estado e com o Hospital já iniciou e que o motivo é um CNPJ que é diferente lá e aqui, mas que é a mesma empresa e por isso não permitem que façam aqui e devem fazer lá, para o qual, segundo informa o Sr. Luiz Marcelo, o Vereador Patrick entrou com pedido. O Sr. Luiz Marcelo manifesta que o Governo do Estado deve suspender sessenta por cento dos contratos do Mais Médico no estado todo e esclarece que, embora em Balneário Camboriú se trate de dois médicos desse programa, na região são cerca de vinte médicos que fazem parte desse programa o que fará com que os pacientes que não consigam esses atendimentos na região venham buscar atendimento no Hospital Ruth Cardoso, com o qual, considera que se não houver uma atuação dos conselhos neste sentido, além de não receber a ajuda dos outros municípios, ainda tem o agravante do aumento da demanda do atendimento na Rede Pública Municipal. Finalmente agradece o espaço para poder falar com os conselheiros, reafirma que o mandato de Deputada Ana Paula está a disposição do conselho e das entidades que precisarem, sendo que conta com pessoas dedicadas a resolver especificamente os problemas que dizem respeito à saúde, como o Vinícius e convida o Presidente Celso e a Direção para realizar uma visita no gabinete e para o dia oito de abril convida para a Audiência Pública, num diálogo com a Assembleia Legislativa e com o Governo do Estado, o que considera fundamental para o conselho. Após o Presidente Celso agradece e faz referência à Audiência Pública que teve em relação ao câncer, a qual reuniu todas as Secretarias de Saúde da nossa região e conseguiram mudar a realidade do município de Itajaí na questão do tratamento de câncer. Novamente o Presidente agradece a presença do assessor parlamentar Luiz Marcelo e afirma que o conselho irá elaborar uma pauta para ir a Florianópolis e participar desse evento. A conselheira representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer solicita a palavra e informa ao Sr. Luiz Marcelo que a quimioterapia não acontece na região, o que está precisando é da radioterapia, para o qual ele informa que a solicitação é para os dois procedimentos pois foi verificado que houve meses em que foram feitos somente dez atendimentos e que as pessoas estão bem debilitadas e acabam tendo que entrar no carro para ir a Blumenau para atendimento. Após, é aberto um espaço para inserção do **próximo item em pauta**, pela visita da **Diretora do Hospital Ruth Cardoso, Sra. Karita**. O Presidente expressa que sabe que a situação é complicada e passa a palavra à Diretora Karita e solicita que a mesma, como administradora, explique qual a situação atual do Hospital no que diz respeito à perspectiva para este ano. A Diretora Karita se apresenta ao grande grupo e informa que está nesse cargo há quatro meses e nesse tempo já dá para ter um diagnóstico da situação. Fala sua formação, que não é na área da saúde e sim em Direito com Gestão Pública, com experiência na área de Controladoria Governamental. Explica que foi convidada para ir para o Ruth Cardoso para ter um outro olhar sobre a governança do Hospital, sobre a gestão, sobre a parte financeira e a organização dos processos internos e a Direção técnica que aponta para a taxa dos profissionais como médicos e enfermeiros. Informa que uma das medidas, a pedido do Sr. Prefeito e da Secretária de Saúde, foi, no início do ano, solicitar à AMFRI uma auditoria para saber o valor exato do custo de cada paciente que entra no hospital. Explica que é uma discussão antiga na AMFRI em que os Prefeitos iam solicitar ajuda para custeio das despesas dos demais municípios, sendo que existem possibilidades jurídicas e existem recursos que poderiam ser transferidos, mas é questionada a transparência do hospital no sentido de que as contas não são abertas, e com base

[Handwritten signature]

nisso chegou-se a esse consenso de abrir as contas, por esse motivo com essa auditoria se pretende apresentar um relatório transparente e claro desses custos apurados a partir de dois mil e dezoito e o que for encontrado de recursos utilizados indevidamente ou valores praticados acima do valor do mercado, isso tudo será ajustado para depois começar a cobrar isso dos municípios ou a opção é despachar os serviços. Karita explica que hoje há um único documento de pactuação que é o da Ortopedia, o primeiro termo cirúrgico e os outros serviços todos estão vindo por oportunidade, sendo que os demais serviços foram se acrescentando e na realidade não tem nada documentado que obrigue o município a realizar os mesmos, a não ser o senso moral de não mandar ninguém embora. Karita expressa que isso tem que ser pensado de forma conjunta para não deixar que nenhum paciente sofra, sendo que as pessoas não tem culpa disso. No que diz respeito à manutenção, a Diretora Karita informa que o Hospital Ruth Cardoso hoje não consegue trocar os equipamentos por outros mais modernos. Conclui dizendo que a medida é justamente abrir a transparência e que o Hospital deve ter o Portal de Transparência próprio, que a população possa ver quantas pessoas foram atendidas no mês, quanto de remédio foi usado, e que tipo de remédios foram usados, quanto custa cada paciente, de um modo geral que a população saiba o que é feito e quanto custa. Acrescenta que o primeiro passo é ter o conhecimento exato do custeio e que antes de tomar qualquer decisão no sentido de redução de custos, vai ser apresentado esse estudo para os conselhos, para AMFRI, para os prefeitos da região e a partir desse diagnóstico bem elaborado tomar uma decisão mais acertada. Finaliza afirmando que não pode continuar da maneira que está hoje. O Presidente Celso afirma que é importante elaborar um modelo novo, excepcional, criando uma proposta nova, diferente para o Hospital Ruth Cardoso. Karita acrescenta que a proposta é sempre trabalhar com meta de atendimento, muito mais do que meta financeira, pois são as metas de qualidade de atendimento que vão fazer com que o Hospital comece a receber mais recursos, seja de Balneário Camboriú ou dos outros municípios futuramente e que não devemos trabalhar apenas com o menor preço e que deve ser priorizado o investimento, no sentido de negociar com aquelas empresas que têm a intenção de investir no nosso município. Finalmente fala da importância do conselho estar ciente dessa proposta e participar desse processo. O presidente Celso explica que já foi discutida com o Ministério Público a questão da publicização, pois uma nova gestão sem investimento, teria que continuar por mais dez anos com a mesma aparelhagem, e nas mesmas condições, sem possibilidade de reforma, o qual não iria resolver a situação. Nesse caso teria que ter investimento, seria necessário terceirizar o estacionamento, criar um tratamento para particular dentro da estrutura do Hospital (por parte dessa empresa). O Presidente acrescenta que teria que ser criado um hospital público-privado, no qual o privado poderia estar utilizando esse espaço e com o lucro poderia estar sendo feita a manutenção necessária. Finalmente Celso agradece a visita da Diretora Karita ao COMUS e parabeniza pela proposta de abertura das contas, a qual é importante tanto para a comunidade como para os outros municípios. No que diz respeito ao **caso da paciente B.** que o conselho estava acompanhando, é informado que a mesma foi transferida para Blumenau, fez tratamento do pulmão, ela retornou e está no Ruth Cardoso há uns quatro ou cinco dias e agora estão buscando a transferência dela para Joaçaba, para outros tratamentos como o da cabeça e braço. Estão aguardando a resposta do hospital de Joaçaba, sendo que se a mesma não for positiva, deverão judicializar novamente, dentro da mesma ação para conseguir transferi-la, sendo que irá precisar permanecer aproximadamente uns seis meses em tratamento no hospital e provavelmente continuar por mais alguns anos, e o motivo desta solicitação é que a mesma necessita de um tratamento de alta complexidade que não existe no município. Conselheiros questionam o motivo pelo qual a paciente retornou de Blumenau, para o qual o Presidente explica que eles alegaram que não tinham a condição de tratamento necessário para essa parte da cabeça. Karita explica que é cirurgia plástica propriamente dita, e no que diz respeito à parte pulmonar, que competia a Blumenau, foi feita pois a paciente já respira sem auxílio de nenhum equipamento e informa que o problema dela agora é o escalpelamento, e que foi oferecido à família ir no Hospital de Belém que é referência nacional e que recebe casos internacionais inclusive em escalpelados, mas que pela distância, a família não tem condições financeiras de se manter lá. Presidente Celso explica que fez contato com a Santa Casa de Porto Alegre que também faz tratamento, a qual informou a respeito do médico de Joaçaba, o qual tem interesse mas existe o problema de falta de leito em Joaçaba, então vão aguardar a resposta. Após, passa-se aos **assuntos gerais:**

Handwritten signature

Handwritten signature

O conselheiro Gustavo sugere que seja iniciada a **confeção dos novos crachás**, determinada a **data da posse dos conselheiros** e informa aos novos conselheiros que já tem três **comissões** constituídas por esta gestão: de Obras, de Finanças e a do Hospital Ruth Cardoso e sugere que comecem a pensar nos representantes que melhor se enquadram nelas, pois no mês de março será realizada a eleição da Mesa Diretora e paralelamente já podem ser constituídas as comissões. A Diretora Ketlin informa que já foram recebidas **todas as indicações dos conselheiros titulares e suplentes** e que já fecharam as três entidades de trabalhadores que estavam faltando. O Presidente agenda a **posse dos novos conselheiros** para o dia **vinte de março**, às treze horas e trinta minutos, em seguida **formação para os conselheiros**. Informa que **dia vinte e sete de março** será a última **reunião ordinária** com esta Diretoria às treze horas e trinta minutos e **no dia dez de abril a eleição da nova Mesa Diretora**. Finalmente o Presidente agradece a toda a equipe da Casa dos Conselhos e o empenho na parte burocrática. O conselheiro Gustavo ressalta a amizade e parceria de todos e sugere aos novos conselheiros que mantenham esse bom clima. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

Liliana Raquel Noto Inacio
Secretária Executiva

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]